

## **Decisão Eleitoral Esclarecida e Informação Política Andam Juntas?<sup>1</sup>**

*Mauricio Michel Rebello (UFRGS)*

**RESUMO:** *o artigo analisa a relação entre informação política e decisão eleitoral esclarecida através do Estudo Eleitoral Brasileiro de 2002. Assumimos a hipótese de que maiores graus de informação política possibilitam ao eleitor uma compreensão diferenciada do contexto político. Nossos dados sugerem que maiores graus de informação política permitem um comportamento mais coerente e congruente com a preferência política e ideológica da pessoa.*

**PALAVRAS-CHAVE:** *Estudo Eleitoral Brasileiro; accountability; informação política; comportamento eleitoral.*

**ABSTRACT:** *the article analyzes the relationship between political information and electoral decision enlightened through of Brazilian Electoral Study from 2002. We assume the hypothesis that greater degrees of political information allow voters a differentiated understanding of political context. Our data suggest that greater degrees of political information allow a behavior more consistent and congruent with the political and ideological preference of the person.*

**KEY-WORDS:** *Brazilian Electoral Study; accountability, political information; electoral behavior.*

---

<sup>1</sup> Agradeço profundamente aos comentários dos pareceristas. Eles contribuíram enormemente pela melhora do trabalho. Se erros persistem, são de inteira responsabilidade minha.

## INTRODUÇÃO

O controle público, através do voto, tem sido mencionado em diversos trabalhos cujo entendimento é de que os representados podem restringir a atuação dos representantes no sentido de não se afastarem demasiadamente da responsividade. Este controle eleitoral é entendido pela literatura como *accountability*. O conceito compreende uma avaliação retrospectiva nos dias das eleições, nos quais o eleitor pune ou premia o governante. Em um modo perfeito de funcionamento deste instrumento, posturas inadequadas de agentes públicos seriam dirimidas. Todavia, o pleno desenvolvimento da *accountability* não ocorre por uma série de razões. O principal motivo é a falta de informação política que dificulta a avaliação retrospectiva.

A importância da informação política reside na obrigatoriedade de sua presença para uma avaliação retrospectiva, “responsabilização não é possível sem informação<sup>2</sup>” (Rennó, 2004: 3). De posse de informações, o mandante teria a capacidade de tomar uma decisão política informada, aproximando sua preferência ao seu voto. Caso o mandatário se comportasse de maneira imprópria, o mandante puniria esta eventual transgressão de representação.

Ainda que do ponto de vista ético e normativo da teoria democrática o cidadão devesse estar sempre bem informado, isto não ocorre na prática. Na verdade, há inúmeros custos neste processo e qualquer conceito de democracia baseado em cidadãos bem informados é irracional (Downs, 1999 [1957]). Para o caso brasileiro não seria

---

<sup>2</sup> Tradução livre do autor. A palavra responsabilização eleitoral tem sido usada como sinônimo de *electoral accountability* por alguns autores.

diferente, tendo em vista estudos que apontam acentuados graus de desinformação entre os eleitores.

Neste artigo, a preocupação central não é o volume de informações entre os cidadãos brasileiros, mas se o conhecimento sobre política diferencia comportamentos. Será que ter informação política propicia ao eleitor uma decisão política mais ampla? Será que um cidadão bem informado vota de maneira diferenciada? Enfim, informação política faz diferença? Para guiar o trabalho assumimos a seguinte hipótese: *quanto maior for o nível de informação política entre os eleitores, maior é a probabilidade dos eleitores se comportarem de forma mais coerente e congruente com seu posicionamento político e ideológico. Além disso, estes eleitores possuem maior conhecimento de determinadas instituições políticas e, em consequência, podem votar de maneira mais sofisticada.*

O artigo está dividido em três partes. Primeiramente, iremos realizar uma breve discussão sobre o conceito de *electoral accountability* e seu papel na representação política das democracias contemporâneas. Logo após, iremos averiguar a possibilidade de existência concreta deste instrumento, onde os eleitores possuem enormes custos para informar-se e, normalmente, não se informam. Ainda na parte teórica, veremos como estudos brasileiros têm problematizado a presença da informação política entre os eleitores. Na segunda parte, abordaremos a metodologia do trabalho e realizaremos a análise dos dados. Por último, desenvolvemos algumas conclusões.

## **ACCOUNTABILITY E INFORMAÇÃO E SEUS IMPACTOS NA REPRESENTAÇÃO**

Muito tem se debatido sobre as formas de representação e sua relação com a responsividade do regime, ou seja, a disposição dos governos de adotarem as políticas desejadas pelos eleitores. Na verdade, de uma maneira hipotética, quanto mais responsivo é um regime, mais democrático ele é (Dahl, 1997).

A representação política, então, assume lugar privilegiado sobre a qualidade democrática. Assim, pergunta-se de que modo os agentes públicos possam ser representativos e responsivos frente aos seus cidadãos. Um conceito que tem sido destacado na literatura é a noção de *accountability*. De origem inglesa, a palavra *accountability* significa responsabilidade da qual se deve prestar contas. Muitas denominações são dadas junto com a palavra *accountability*, assim observam-se autores referindo-se a *accountability* eleitoral, intraestatal, vertical, horizontal, política e social. No caso deste trabalho, ficaremos restritos a discutir somente a dimensão eleitoral.

*Accountability* eleitoral é a capacidade de eleitores punirem ou recompensarem os políticos no momento eleitoral. Este instrumento de prestação de contas disponibiliza uma espécie de controle dos mandatários ao colocar em risco a reeleição (ou eleição para novo cargo) caso os mandantes tenham uma percepção negativa da atuação do mandato transcorrido (Manin, Przeworski, Stokes, 2006). Obviamente, esta concepção de representação está distante da percepção de mandato livre. Uma concepção como esta não crê em nenhuma espécie de controle; o representante fica desvinculado de seguir qualquer obrigação do interesse do representado.

Em um sentido estrito, *accountability* não é uma concepção de representação imperativa, onde o agente público é obrigado a seguir o interesse do cidadão. Este instrumento não confina os mandatos, mas permite que os governantes “limitem” seu comportamento, ajudando em alguma restrição de algo que não seja benéfico ao cidadão (Arato, 2002). *Accountability*, então, seria um “termo médio entre o mandato livre e o imperativo” (Miguel, 2005: 29).

Mesmo que para alguns autores *accountability* seja a única conexão positiva oferecida aos eleitores (criando sanções) para que os eleitos sejam responsivos (Arato, 2002), existem outras formas de representação que também são importantes. Uma forma clássica de representação, já discutida por John Stuart Mill, é a descritiva, onde o representante tenha características próximas dos representados, como uma espécie de miniatura da sociedade.

Ainda que a representação descritiva seja importante para a democracia, ela não garante uma responsividade do mandatário sobre seu grupo, isto é, ele não possui obrigação de seguir o interesse de seus mandantes (Arato, 2002). Além da representação descritiva, existem outras formas de pensar a representação, tais como a chamada congruência representacional e a representação autorizativa, que seriam centrais em arranjos consociativos de democracia (Powell, 2000; Melo, 2007). Todavia, discutir os inúmeros entendimentos sobre a representação<sup>3</sup> não é nosso objetivo neste artigo.

A conexão que possibilitaria a aproximação da responsividade na tomada de decisão dos políticos seria a antecipação proposta pela

---

<sup>3</sup> Uma discussão mais aprofundada sobre a representação e sua temporalidade pode ser encontrada no artigo de Jane Mansbridge (2004) onde classifica quatro formas de representação: promissória, antecipatória, giroscópica e substitutiva.

*accountability*. Os representados ao sinalizarem seus interesses, suas políticas públicas preferidas, induziriam os políticos a tomar decisões favoráveis aos cidadãos (Manin, Przeworski, Stokes, 2006). Mesmo que não haja uma obrigação judicial para que o representante aja pelo interesse do representado, o mandatário pode ser punido pelos seus atos e omissões durante o período eleitoral. Desta maneira, *accountability* “limita o comportamento dos representantes se eles têm interesse em se reeleger” (Arato, 2002: 92).

A partir deste ponto, fica claro que decisões políticas tomadas em uma democracia dependem, ou deveriam depender, do interesse do representado. Para Dahl (2001) uma idéia que compete com a poliarquia é a idéia de *tutela*. Para ele, o conhecimento superior de mandatários é duvidoso e limita o pleno desenvolvimento democrático. A política está permeada de decisões morais, de cunho ético, “governar um estado exige muito mais do que um conhecimento rigorosamente científico” (Dahl, 2001: 86). Mesmo que a validade do mandato livre, nos moldes de Edmund Burke (1942 [1774]), já tenha sido ultrapassada, a representação ganha novo impasse: a competência do cidadão em governar. Se negada a possibilidade de uma democracia direta, de assembléia, a maneira de traduzir a preferência dos cidadãos se dá por meio da representação. E, como vimos, para alguns autores, a *accountability* é a única maneira de reforçar a responsividade dentro da representação política.

Devido, então, à preponderância do representado em estar preparado para avaliar seus representantes é que Dahl acredita na centralidade do que ele chama de *compreensão esclarecida*. Para ele, todo membro (adulto) de uma democracia deve ter a possibilidade igual e efetiva de aprender sobre as políticas e suas conseqüências. Assim sendo, a informação política ganha destaque.

Nos últimos anos, com o aumento quantitativo de regimes poliárquicos (Dahl, 1997), alguns autores começaram a problematizar não somente a manutenção democrática, mas sim a qualidade de uma democracia. Para parte da literatura, a diferenciação em termos de qualidade democrática é tanta entre os países, que alguns poderiam ser considerados subtipos, tal como a democracia delegativa de O'Donnell (1993). Para este autor, em países com democracias mais sólidas, a *accountability* opera de uma forma que “restringa” certo comportamento impróprio dos políticos, fazendo com que eles sejam mais responsáveis. Em democracias delegativas, pelo contrário, as instituições políticas atuam de maneira mais frágil, sendo que líderes “populistas” não seriam constrangidos a atuar de maneira responsável, impondo uma alta instabilidade no sistema político (cita como exemplo o caso brasileiro do início da década de noventa).

Outros autores também enfatizam a necessidade de informação política entre os eleitores em regimes competitivos. Ser informado politicamente se torna, deste modo, essencial no âmbito da qualidade democrática. Até mesmo porque outros elementos importantes dentro de uma democracia dependem da informação política, tais como: participação, *accountability* horizontal e responsividade (Diamond e Morlino, 2004).

A qualidade da democracia depende diretamente da medida em que os cidadãos alcancem o maior e mais igualitário nível de informação possível, o que Dahl denomina de *enlightened understanding*. (...) Quanto mais igualitária e mais abundante for a distribuição de recursos cognitivos tais como educação e informação, mais provável será que as decisões políticas dos cidadãos estejam de acordo com seus interesses, também será mais provável que os cidadãos tenham capacidade de tomar essas decisões conhecendo

suas conseqüências potenciais, de modo que estes recursos são determinantes para que os cidadãos possam tomar uma decisão política informada, e por conseguinte, também para a qualidade da democracia (Levine e Molina, 2007: 25). (Tradução livre do autor).

Ainda que autores como Dahl, Levine, Molina, Diamond e Morlino atribuam um grande papel à informação política nas democracias, eles não demonstram empiricamente como se dá esta articulação entre informação política e decisão eleitoral esclarecida<sup>4</sup>. Um trabalho que propõe esta ligação e a demonstra empiricamente é o de Adserá, Boix e Payne (2003). Utilizando a livre circulação diária de jornais por pessoa como variável explicativa, eles sugerem que a presença de eleitores bem informados explica em grande parte a variação do desempenho governamental e o nível de corrupção de uma localidade. Destarte, um maior grau de informação política entre os cidadãos freia a oportunidade dos agentes públicos envolverem-se em corrupção e mau gerenciamento.

Mesmo que alguns trabalhos enfatizem a necessidade de representados politicamente bem informados, há sérios limites para que os eleitores venham a informar-se e assim realizar uma avaliação retrospectiva adequada. Anthony Downs (1999 [1957]) é um dos nomes mais importantes da ciência política no campo da informação e a tomada de decisão eleitoral. Ao utilizar seu modelo de escolha racional para democracia, o autor demonstra como adquirir conhecimento político para fins eleitorais é um processo excessivamente longo e complexo. Pessoas

---

<sup>4</sup> Não é objeto deste artigo a construção da informação nas democracias contemporâneas. As trocas discursivas, e também os meios de comunicação, exercem uma centralidade na formação de preferências e identidades coletivas (Habermas, 1997). Todavia, como este trabalho parte da idéia de uma informação política básica, não contemplaremos a perspectiva da teoria da ação comunicativa, embora reconhecendo sua importância.



têm que adquirir a informação, selecionar, analisar, estimar as conseqüências em cada questão envolvendo a informação política, tomar a decisão eleitoral e, por fim, decidir se vão votar e em quem votar.

Todo este processo de informar-se possui certo custo. Para reduzir os custos na aquisição da informação, Downs indica algumas opções como a informação gratuita e a delegação de análise para especialistas. Embora estes instrumentos de redução sejam importantes no modelo, provavelmente, a maior economia no custo de informação seja provida pela ideologia.

Os partidos políticos, neste modelo, têm como finalidade a busca do poder em si e as rendas dali extraídas, com as ideologias servindo como atalhos de informação que ajudariam a diferenciar as organizações partidárias em um mundo incerto. Este tipo de atalho também está relacionado ao que Downs chama de diferencial partidário. Esta denominação significa a diferença de renda que o eleitor deveria receber com o que ele realmente recebeu do partido governante, caso o diferencial partidário seja positivo ele vota na situação, caso negativo, ele vota na oposição<sup>5</sup>.

Um aspecto a ser salientado nesta teoria é que, de alguma forma, para obter o diferencial partidário, o eleitor já deve estar minimamente informado. Aqui é necessário fazer uma observação importante. O autor toma como pressuposto que um mínimo de conhecimento deva existir para qualquer tomada de decisão.

A tomada de qualquer decisão pressupõe que aquele que toma decisões já possui um certo mínimo de informação. No mínimo, ele deve se dar conta de que tem uma decisão a

---

<sup>5</sup> Obviamente, esta simplificação do voto decorre do modelo dedutivo da teoria de Downs que, por vezes, simplifica demais o processo de tomada de decisão.

tomar e estar cômico de seu contexto geral. Assim, antes de poder tomar uma decisão de voto, um eleitor deve adquirir informação a respeito da data da eleição, o número de partidos concorrendo, seus nomes, os procedimentos de voto, etc. Presumimos que o fluxo contínuo de informações gratuitas presentes em todas as sociedades já tenha dado ao eleitor esse mínimo antes que ele comece a fazer cálculos detalhados sobre quanta informação adquirir. (Downs, 1999: 235).

Podemos perceber que as informações ou cálculos necessários na decisão eleitoral discutidos ao longo da teoria de Downs são um pouco mais elaborados, em outras palavras, devemos avaliar o tipo de informação discutida ao longo dos trabalhos que tratam do assunto. Saber o nome do presidente da república pode-se dizer que se enquadra em um conhecimento básico. Em contraste, saber o nome de todos os membros do Congresso é uma informação extremamente complexa. Desta maneira, muito da informação pensada na teoria de Downs é uma informação com certo grau de complexidade, o que pode ser notado por alguns exemplos citados ao longo de seu livro<sup>6</sup>.

Outro problema que prejudica a obtenção de informação é que o eleitor como indivíduo influencia pouco na decisão eleitoral como um todo. Ainda que seja saudável para o regime democrático ter cidadãos bem informados, a racionalidade individual vai de encontro com a racionalidade coletiva. Os bens e utilidades produzidos pelo sistema político são indivisíveis e, desse modo, todos são levados a negligenciar a informação e relegam esta função aos seus compatriotas. Mas ao fazerem isso, os eleitores provocam uma perda do verdadeiro consentimento dos governados. Isto não implica dizer que a democracia não produz bens e

---

<sup>6</sup> Dois exemplos podem ser mencionados aqui: na página 241 ele cita o Relatório Econômico da Presidência. Na página 249 ele menciona o conhecimento sobre defesa nacional em uma era atômica. Obviamente, estas informações são excessivamente complexas e, geralmente, são analisadas somente por especialistas.

utilidades para seus cidadãos, mas leva Downs a concluir que “qualquer conceito de democracia baseado num eleitorado de cidadãos igualmente bem informados é irracional; isto é, pressupõe que os cidadãos se comportem irracionalmente” (1999: 255).

Ainda que o modelo dedutivo de Downs possa ser criticado em muitas partes, a sua problematização entre decisão eleitoral e informação política é plausível e provável. Parece claro que os custos de estar bem informado sobre política superam, em muitas vezes, as utilidades e benefícios provindos deste conhecimento. Para alguns especialistas, a ignorância entre as pessoas é comum entre os seres humanos. Qualquer teoria democrática baseada em cidadãos bem informados é errada, pois ela torna a democracia impossível. “A compulsão para saber tudo é a estrada para a insanidade” (Schattscheider, 1961: 137).

Ao avaliar o tema debatido aqui surgem evidências que caminham no sentido de um paradoxo: ainda que o modelo normativo ético de uma democracia necessite de eleitores politicamente bem informados, reforçando e estimulando um comportamento responsivo dos agentes públicos, a possibilidade de existência de um conjunto esclarecido de cidadãos é improvável. Os custos de obtenção de uma informação política adequada, capaz de garantir um corpo de eleitores com potencial avaliativo robusto, cobrando seus direitos, estando atentos à atuação dos seus representantes, são muitos expressivos.

Ainda que Downs e Schattscheider não atribuam a manutenção democrática às pessoas politicamente informadas, pois isto, além de impossível, não é condição para um conceito de democracia moderna, não podemos esquecer de outros trabalhos que enfatizam a importância da informação política entre os eleitores para o sistema político (Dahl,

2001; Adserá, Boix, Payne, 2003; Diamond e Morlino, 2004; Levine e Molina, 2007). Por ser elemento fixo ao conceito de *accountability*, podemos avaliar que a informação política é peça-chave na qualidade de representação de um país. Destarte, informação política e qualidade democrática provavelmente estão ligadas.

É bom salientar que muitos dos estudos que trabalham com a relação entre informação política e decisão política não quantificam o volume de informações entre os eleitores. Podemos dizer que uma democracia funcionaria com informação política baixa entre todos os eleitores? Ou, qual nível necessário de informação política é capaz de tornar os governantes responsivos? Mesmo sendo difícil a resposta para ambas as perguntas, elas não podem ser respondidas antes de averiguarmos o quanto a informação política afeta o comportamento eleitoral, em outras palavras, ser politicamente informado realmente importa? Pessoas informadas tornam decisões políticas mais esclarecidas como sugere Dahl?

Estas perguntas servirão como um guia ao longo do artigo. Se as respostas a elas forem sim, então, assume-se que democracias possuirão melhor qualidade caso tenham eleitores politicamente informados. Por isso, a seguir veremos como os especialistas no assunto analisam a informação política entre os eleitores brasileiros.

## **INFORMAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL**

Os estudos sobre informação política para o caso brasileiro confirmam o que o modelo de Downs já havia preconizado: para a maioria dos eleitores não é racional informar-se. Desse modo, alguns estudos brasileiros sugerem como a avaliação retrospectiva encontra

grandes limites (Nicolau, 2002, Martins Júnior e Dantas, 2004; Kinzo, 2005; Rennó, 2004; 2006; 2007; Santos, 2008; Marengo, 2009).

Muitas pesquisas indicam que grande parcela da população não possui conhecimentos básicos a respeito da política. Sem posse deste tipo de informação, a decisão eleitoral esclarecida é impossível, pois, nem ao menos o contexto político pode ser compreendido.

Em uma pesquisa tipo survey realizada no Estado de São Paulo em 2002, Kinzo (2005) construiu um índice de conhecimento partidário que inclui cinco variáveis, resultando em uma escala de 0 a 10<sup>7</sup>. Entre os entrevistados, 94% estavam abaixo do grau cinco da escala, indicando uma forte concentração de eleitores na categoria de baixo conhecimento partidário. Em uma das perguntas deste questionário foi pedido ao eleitor que respondesse qual o partido do então presidente Fernando Henrique Cardoso e somente 29% das pessoas responderam corretamente. Ou seja, mesmo depois de oito anos de mandato de FHC, nem um terço dos entrevistados soube apontar o PSDB como sendo a legenda do presidente.

Em uma pesquisa realizada na cidade de Recife, a maioria dos entrevistados não sabia o papel da vereança e tinha pouca lembrança do candidato em quem votou nas últimas eleições (Santos, 2008). Esta “amnésia” eleitoral no Legislativo, ao ser tomada como um indicador de informação, tem sido associada à perda de capacidade dos eleitores em realizarem uma avaliação retrospectiva, afinal, não podem formar juízo

---

<sup>7</sup> Número de partidos que os entrevistados conhecem, grau de conhecimento sobre a filiação partidária dos principais líderes políticos, grau de posicionamento dos principais partidos no espaço ideológico esquerda-direita, conhecimento da filiação partidária do governador do Estado e do prefeito.

sobre algum *incumbent* de quem sequer lembram o nome (Almeida, 2006; Rennó, 2004; 2006).

Ao estudar a Câmara dos Deputados, Marengo (2009) observa a pouca capacidade de avaliação retrospectiva para cargos legislativos. Neste trabalho é avaliado o quanto o julgamento retrospectivo do presidente contribui para uma avaliação retrospectiva para deputados, o chamado *coattail effect*. O resultado aponta uma forte inconsistência de padrão, revelando que a maior parte das pessoas não realiza um voto retrospectivo para a Câmara, indicando, assim, outras formas de relacionamento entre representante e representado que não a *accountability*.

Este conjunto de trabalhos indica que a maioria dos brasileiros não assume os custos para tornarem-se esclarecidos. O contexto político-partidário brasileiro não proporciona economias no custo de informação, pelo contrário, além de todos os enormes custos que já havíamos relatado (Downs, 1999), há, ainda, algumas especificidades brasileiras que inflacionam estes custos.

A dificuldade de informar-se no Brasil, principalmente em pleitos legislativos, pode ser traduzida no que Rennó (2004; 2006) denomina como contextos eleitorais complexos (CECs). Nestes contextos, a identificação partidária é baixa e há um excesso de candidatos e partidos concorrendo para o mesmo cargo. Como no Brasil as circunscrições eleitorais para cargos proporcionais são grandes e o número de candidatos por vaga é de 1,5<sup>8</sup> por partido há inúmeros candidatos concorrendo e isto inflaciona enormemente os custos de informar-se. Um

---

<sup>8</sup> Dois caso seja uma coligação.

exemplo é que 554 candidatos disputaram 53 cadeiras para deputado federal nas eleições de 2002, em Minas Gerais (Rennó, 2006).

Ainda que os custos de informação possam ser mais elevados no Legislativo, principalmente em eleições proporcionais, o Executivo também contribui para um maior custo informacional. Um governo, em muitas ocasiões, constrói uma coalizão composta por diversos partidos para obter apoio no Legislativo. Desse modo, na arena governativa há coalizões com grande número de organizações partidárias participantes, obscurecendo a visão de quem governa, a chamada clareza de responsabilidade (Powell, 2000). Assim, encontrar eleitores pouco informados, não pode ser considerado uma excepcionalidade, mas sim um aspecto comum da democracia brasileira.

Ainda que haja poucos incentivos para eleitores serem informados, há estudos que mostram como a informação pode alterar comportamentos eleitorais e políticos dos cidadãos (Martins Júnior e Dantas, 2004; Kinzo, 2005; Rennó, 2007). Há indicativos de que eleitores mais bem informados possuem maior interesse por política e valorizam mais seu voto, de tal modo que a educação política seja tratada como indispensável (Martins Júnior e Dantas, 2004).

Para Kinzo (2005), eleitores informados possuem uma probabilidade consideravelmente maior de ter preferência partidária. Ela considera a baixa identificação partidária como conseqüência da baixa informação política entre os eleitores, que, ao não conhecerem nem o nome das legendas, não podem atribuir preferência a nenhum deles.

Em outra pesquisa, Rennó (2007) identifica que pessoas com maior grau de informação política também atribuem um peso maior ao partido em que depositam seu voto, além disso, cidadãos mais informados são

mais propensos a efetuar o *straight-ticket voting*. Esta nomenclatura designa eleitores que votam em candidatos do mesmo partido na mesma eleição. Este tipo de voto é considerado um voto partidário e seria visto como uma forma mais sofisticada de se votar (Mainwaring e Scully, 1995).

Portanto, avaliando o resultado das pesquisas de outros trabalhos somos levados a acreditar na importância da informação política no comportamento eleitoral. Mesmo que este conhecimento não necessite ser “enciclopédico”, ele parece exercer possibilidades diferenciadas no momento eleitoral. Assim, há indicativos que “eleitores mais bem informados se comportam de maneira diferente de outros menos informados” (Rennó, 2007: 735).

Ainda que a informação política exerça alterações no comportamento eleitoral, acreditamos que ainda há espaço para demonstrar sua contribuição para uma decisão eleitoral mais esclarecida, tão importante para Dahl (2001). Além disso, alguns exemplos de sofisticação de voto baseiam-se no sistema bipartidário norte-americano, contexto muito diferente do brasileiro.

Em suma, analisando como existem incertezas sobre como a informação política age no comportamento eleitoral, acreditamos que este artigo pode contribuir parcialmente sobre este assunto. Gostaríamos de verificar se eleitores mais informados possuem maior coerência e congruência com seu próprio comportamento político e ideológico, realizando, assim, mais uma confirmação (ou não) sobre a importância da informação para o comportamento eleitoral.



## **Metodologia Utilizada**

Tendo em vista que muitas pesquisas sobre comportamento eleitoral baseiam-se em surveys realizados em cidades ou regiões metropolitanas, acreditamos que utilizar uma pesquisa com a amostra sendo representativa da sociedade brasileira apresentaria ganhos analíticos. Desse modo, para realizarmos o teste de nossa hipótese, utilizaremos o Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) de 2002. O ESEB é um survey pós-eleitoral que realizou 2.513 entrevistas domiciliares com eleitores em todo o Brasil entre outubro a dezembro de 2002.

A amostra nacional de 2.513 entrevistas domiciliares é probabilística e representativa da população brasileira adulta (a partir de 16 anos). Este survey foi coordenado por Rachel Meneguello e Fernando Antônio Lourenço (CESOP e IFCH/UNICAMP), Alberto Almeida e Zairo Cheibub (FGV - Opinião) e tem uma margem de erro de 3% e um intervalo de confiança de 95%. Este survey possibilitou um conjunto de estudos dentro da ciência política brasileira, sendo utilizado por diversos autores (Carreirão, 2007; Baquero, 2007; Martins Júnior; Dantas, 2004; Kerbauy, 2004).

Houve, ainda, uma nova onda do ESEB, em 2006. Pensamos, inicialmente, utilizar este segundo survey, todavia, esta nova onda reduziu bastante o número de questões, o que eliminou boa parte das variáveis que interessavam para este estudo. Em função disso, restringimo-nos aos dados do ESEB 2002, por constituir uma alternativa mais apropriada para o nosso trabalho.

## **Análise dos Dados**

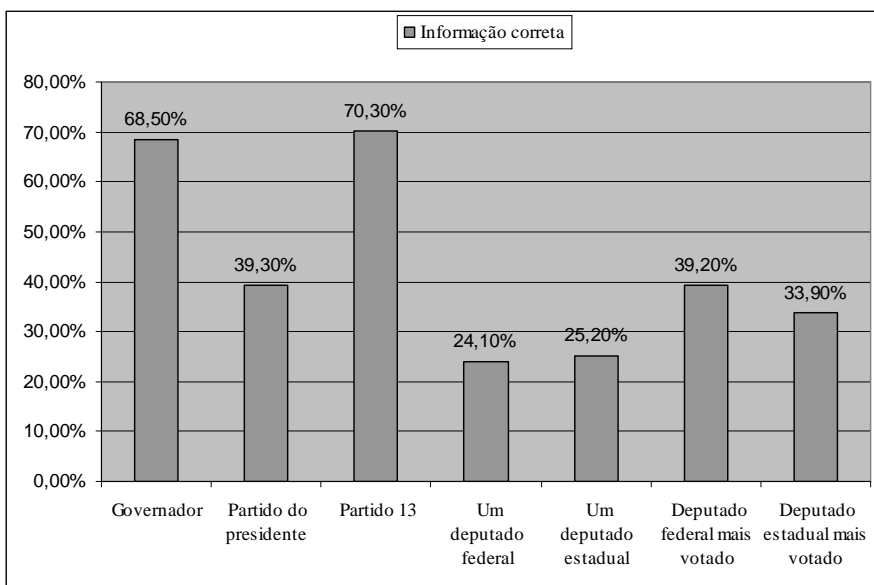
Antes de testarmos nossa hipótese, averiguaremos o quanto o cidadão brasileiro é politicamente informado. No caso do ESEB, foram realizadas algumas perguntas relativas à informação política, cujo objetivo era realizar um teste<sup>9</sup>. Este teste de informação ainda que possa ser útil, é limitado por envolver somente algumas perguntas cognitivas captadas pelo ESEB, quando poderia haver outras diversas questões, desse modo, optamos por incorporar mais quatro questões relativas aos meios tradicionais de difusão da informação<sup>10</sup>. Estes meios tradicionais que transmitem informação são importantes na medida em que um cidadão só pode informar-se caso acompanhe a política de algum modo. Os resultados são apresentados a seguir:

---

<sup>9</sup> O teste de informação consistiu basicamente em saber se a pessoa consegue espontaneamente: dizer o nome do atual governador de seu estado (q51), mencionar o nome de um deputado federal (q53) e estadual (q54), dizer o partido do presidente (q55), o partido cuja sigla é 13 (q56). De forma estimulada, foi mencionado à pessoa o nome do deputado federal (q57) e estadual (q58) mais votado, onde ela deveria acertar o cargo pelo qual o candidato tenha sido eleito.

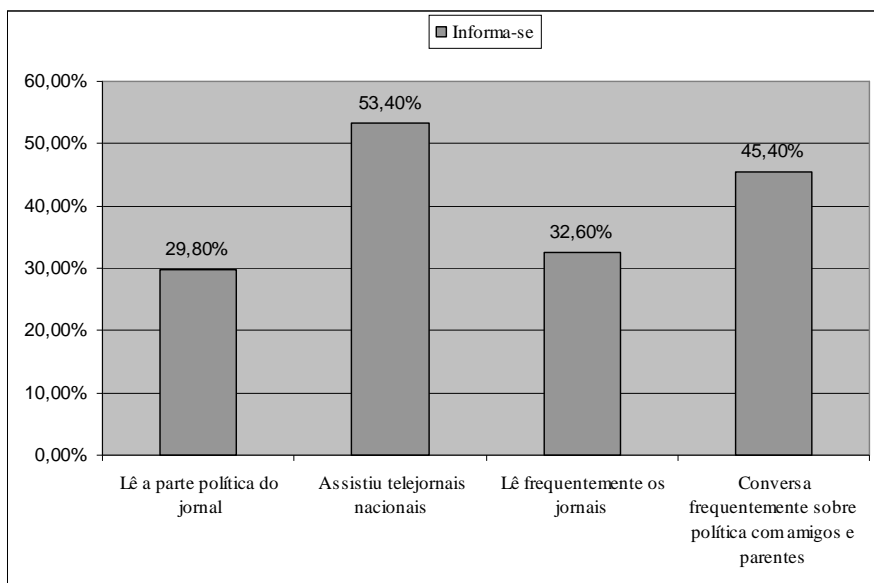
<sup>10</sup> As perguntas relativas aos meios de difusão de informação são: frequência de leitura de jornais (q62), leitura da parte política do jornal (q63a), assistiu telejornais nacionais na semana da entrevista (q64) e frequência de conversa com amigos e parentes sobre política (q72).

**GRÁFICO 1**  
**Grau de Informação Política**



Fonte: ESEB 2002. n= 2513.

**GRÁFICO 2**  
**Meios de Difusão da Informação**



Fonte: ESEB 2002. n= 2509.

É bom lembrar que a pesquisa foi realizada nos últimos três meses do ano de 2002, logo após as campanhas eleitorais. Em geral, podemos notar o pouco nível de informação dos cidadãos no primeiro gráfico. Conhecer o nome do governador é uma informação extremamente básica e 31,5% dos entrevistados não souberam responder a esta pergunta. Somente 39,3% das pessoas conheciam o partido do presidente. O pouco conhecimento sobre o partido político do então presidente FHC já havia sido diagnosticado por Kinzo (2005). A maior soma de respostas corretas foi a legenda que o número 13 (PT) representa. Provavelmente, o cenário eleitoral de 2002, onde Lula e o PT saíram vitoriosos, tenha contribuído para este maior conhecimento das pessoas.

É visível que os entrevistados possuem menor estoque informacional quanto a cargos de eleição proporcional. Somente cerca de  $\frac{1}{4}$  dos cidadãos souberam mencionar o nome de um deputado federal e um deputado estadual. Diante de perguntas estimuladas, as respostas ficam mais fáceis, pois o entrevistado pode apontar aleatoriamente a resposta correta. Porém, somente 39,2% e 33,9% souberam apontar o deputado federal mais votado e o deputado estadual mais votado respectivamente. Ainda que estas duas últimas perguntas não sejam básicas, elas demonstram que mesmo de forma estimulada, nem metade dos entrevistados consegue obter tal informação.

Ao avaliarmos o gráfico dois podemos ter uma idéia do motivo das pessoas serem desinformadas em sua maioria. Poucas pessoas lêem frequentemente os jornais (32,6%). Entre aqueles que possuem este hábito 29,8% procura informar-se sobre a parte da política, o que corresponde a menos de  $\frac{1}{3}$  dos entrevistados<sup>11</sup>. Muitos estudos

---

<sup>11</sup> Foram consideradas pessoas que lêem frequentemente o jornal aquelas que lêem, pelo menos, algumas vezes na semana.

acreditam que a leitura de jornais é muito importante para um maior esclarecimento dos cidadãos, assim, pode-se dizer que poucas pessoas tenham a possibilidade de exercer a *accountability* em um ambiente de pouca procura por jornais (Adserá, Boix, Payne, 2003). Em relação aos telejornais, mais de 50% das pessoas haviam assistido na última semana, sendo o veículo de comunicação mais usual para obter conhecimento político, o que pode ser explicado, em parte, pelo seu menor custo econômico em relação aos jornais.

Um dos meios mais tradicionais para obter informação é a conversa entre as pessoas. Nesta variável, 45,4% dos entrevistados admitem que conversam frequentemente sobre política com amigos e parentes<sup>12</sup>. Este tipo de informação é a que possui menor custo econômico. Além disso, a conversa pode ser direcionada da maneira que os participantes desejam.

Como um todo, ambos os gráficos demonstram que ter informações básicas sobre política é incomum para grande parte dos eleitores. Embora em outros países as pessoas possam ter um nível de informação mais elevado, ser politicamente bem informado não é racional para a maioria dos cidadãos e qualquer democracia assentada neste tipo de pressuposto não é viável (Downs, 1999; Schattscheider, 1961).

Se uma avaliação retrospectiva é condicionada pela existência de graus mínimos de informação política, ela encontra grandes limites no caso brasileiro. No caso do poder Legislativo, há evidências fortes da dificuldade do exercício da *accountability*, uma vez que a informação política é, realmente, muito escassa. Este tipo de ausência informacional

---

<sup>12</sup> Pessoas que falam sobre política com amigos e parentes todos os dias, ou às vezes, foram consideradas pessoas que conversam frequentemente sobre política.

traduz perfeitamente a idéia de contextos eleitorais complexos, onde uma série de fatores aumenta significativamente os custos de informação (Rennó, 2004; 2006).

Mas a questão principal do nosso artigo passa pela pergunta: ser politicamente informado faz diferença? Para tentarmos responde-la assumimos a seguinte hipótese: *quanto maior for o nível de informação política entre os eleitores, maior é a probabilidade dos eleitores se comportarem de forma mais coerente e congruente com seu posicionamento político e ideológico. Além disso, estes eleitores possuem maior conhecimento de determinadas instituições políticas e, em consequência, podem votar de maneira mais sofisticada.*

De modo a tentar desenvolver a hipótese, optamos por realizar uma diminuição das onze variáveis dos gráficos. Desta forma, elaboramos o nosso índice de informação política que contém as sete perguntas relativas ao teste de informação (gráfico um) combinadas com as quatro perguntas relativas aos meios de difusão da informação (gráfico dois)<sup>13</sup>. Todas as variáveis guardam relação teórica e estatística entre si, importante para avaliarmos a adequação do indicador (Araújo, 1971). Aliado a isto, o índice possui um Alpha de Cronbach de 0,77. O teste de Alpha de Cronbach é um coeficiente de correlação ao quadrado com uma suposta medida real do fenômeno estudado. Em nosso índice o  $\alpha$  de 0,77 (máximo possível de 1) estaria medindo 77% do impacto real do fenômeno, em uma interpretação de confiabilidade do índice. Devido à

---

<sup>13</sup> Os elementos que compõe o índice são: conhecer o nome do governador do estado, conhecer o partido do presidente, saber a qual partido o número 13 se refere, saber o nome de um deputado federal, saber o nome de um deputado estadual, acertar o deputado federal mais votado, acertar o deputado estadual mais votado, ler a parte política do jornal, assistir telejornais nacionais, ler frequentemente os jornais e conversar frequentemente sobre política com amigos e parentes. Cada resposta positiva era considerada como um grau de informação política.

complexidade de união das 11 perguntas o resultado pode ser interpretado como satisfatório, uma vez que o  $\alpha$  de 0,77 indica uma boa representação do fenômeno (Pereira, 2004). Neste índice, 0 significa nenhuma informação e 11 significa máxima informação. Abaixo, a distribuição de frequências do índice, já agregado em três faixas: baixo grau de informação, médio grau de informação e alto grau de informação<sup>14</sup>.

**TABELA 1**  
**Índice agregado de informação política (%)**

| <i>Índice de Informação Política</i> |            |
|--------------------------------------|------------|
| Grau baixo de informação             | 40,4       |
| Grau médio de informação             | 41         |
| Grau alto de informação              | 18,6       |
| <b>Total</b>                         | 100 n 2508 |

Fonte: ESEB 2002. Alpha de Cronbach de 0,77. A mediana é 4.

A distribuição de frequências do índice já demonstra como a desinformação política é significativa. Mesmo o índice reunindo conhecimento básico sobre a política, muitas pessoas encontram-se no grau baixo (40,4%). Já entre o grau médio e alto elas formam 41% e 18,6% da amostra respectivamente. A mediana de 4 demonstra como é muito mais expressivo o número de pessoas desinformadas. Assim sendo, a partir deste momento daremos início ao teste de nossa hipótese.

Se a informação política está ligada a uma maior avaliação retrospectiva, na qual o representado conhece melhor o trabalho do representante no momento eleitoral, é provável que o eleitor reconheça

---

<sup>14</sup> Os 11 itens foram agrupados conforme sua distribuição de categorias: do grau 0 ao grau 3 foi considerado baixo grau de informação política; do grau 4 ao 7 foi considerado médio grau de informação política; do 8 ao 11 foi considerado alto grau de informação política.

esta procura pela informação. Assim, utilizamos a questão 79 ESEB (O Sr. (a) costuma se informar sobre o trabalho de algum político?) para averiguar o quanto as pessoas possuem consciência sobre sua busca pela informação.

**TABELA 2**  
**Índice agregado de informação política por costume de informar-se (%)**

| <i>Costuma informar-se sobre o trabalho de algum político?</i> | <i>Baixo</i> | <i>Médio</i> | <i>Alto</i> | <i>Total</i> |
|--|--------------|--------------|-------------|--------------|
| Não  | 82           | 59,8         | 33,7        | 63,9         |
| Sim  | 18           | 40,2         | 66,3        | 36,1         |
| <b>Total</b>   | 100 n 1002   | 100 n 1025   | 100 n 466   | 100 n 2493   |

Fonte: ESEB 2002. Significativo ao nível de 0,01. Correlação de Spearman a .36.

As pessoas com maior nível informacional possuem maior probabilidade de reconhecer a busca pela informação. A correlação indica uma associação moderada entre as variáveis<sup>15</sup>. Enquanto somente 18% das pessoas com baixa informação admitem buscar maior conhecimento sobre os políticos, este número sobe para 40,2% e 66,3% quando o grau de informação é médio e alto respectivamente. Ao procurarem informação, as pessoas poderiam ter o que Dahl (2001) entende como compreensão esclarecida, no qual o posicionamento político e ideológico do indivíduo esteja de acordo com seu interesse.

Conhecer a orientação ideológica de um partido permite estimar conseqüências do que esta organização fará (e com certeza o que não fará) em termos de políticas públicas aplicadas. Um partido de extrema

<sup>15</sup> Para fins de análise neste artigo, consideramos os coeficientes de correlação da seguinte maneira: de .0 a .19 = correlação fraca; .20 a .49 = correlação moderada; de .50 a .69 = correlação forte. Acima de .69 = correlação extremamente forte.



esquerda provavelmente não privatizará as empresas estatais de um país, por exemplo. Devido a isso, propomos um teste de percepção ideológica de dois dos principais partidos políticos brasileiros: PT e PSDB.

O Partido dos Trabalhadores até 2002, sempre esteve vinculado mais à esquerda do espectro político. Aliado a isso, o partido foi a principal legenda de oposição ao governo FHC, cuja identificação de centro-direita fazia com que o discurso petista se aproximasse ainda mais da esquerda. Assim sendo, para não sermos excessivamente arbitrários, serão consideradas “corretas” as respostas que associarem o PT como pertencendo ao campo de centro-esquerda.

O Partido da Social-Democracia Brasileira nasceu a partir de uma ruptura com o PMDB em 1988. A princípio, o partido estaria mais à esquerda do PMDB, contudo, os oito anos de governo FHC fizeram com que o partido fosse considerado mais à direita do gradiente ideológico. Geralmente, a literatura tem apontado a legenda como sendo de centro (Rodrigues, 2002). Desta maneira, optamos por considerar “corretas” as respostas que associam o PSDB a um campo de centro ou de direita.

Na pergunta 41 do ESEB foi pedido às pessoas que colocassem os partidos em uma escala de 0 (extrema esquerda) a 10 (extrema direita). No caso do teste de percepção ideológica, consideramos “corretas” as respostas que indicaram o PT em uma posição de 0 a 5, e o PSDB em uma posição de 4 a 10<sup>16</sup>. Os resultados podem ser visualizados abaixo.

---

<sup>16</sup> Poder-se-ia ser questionado a “resposta correta” nos extremos ideológicos da escala tanto para o PSDB como para o PT. Porém, muitas respostas atribuem um valor extremo (0 ou 10) por não fazer uma distinção entre esquerda e extrema esquerda e direita e extrema direita, deste modo, é menos arbitrário interpretar que as respostas extremas 0 ou 10 não significam que o entrevistado considere a legenda extremista.

**TABELA 3**  
**Índice agregado de informação política por classificação ideológica do PT (%)**

| <i>Teste de classificação ideológica</i> | <i>Baixo</i> | <i>Médio</i> | <i>Alto</i> | <i>Total</i> |
|--|--------------|--------------|-------------|--------------|
| Incorreto ou não sabe                    | 64,6         | 35,7         | 12,6        | 43,1         |
| Correto                                  | 35,4         | 64,3         | 87,4        | 56,9         |
| <b>Total</b>                             | 100 n 1013   | 100 n 1027   | 100 n 467   | 100 n 2507   |

Fonte: ESEB 2002. Significativo ao nível de 0,01. Correlação de Spearman a .39.

**TABELA 4**  
**Índice agregado de informação política por classificação ideológica do PSDB (%)**

| <i>Teste de classificação ideológica</i> | <i>Baixo</i> | <i>Médio</i> | <i>Alto</i> | <i>Total</i> |
|--|--------------|--------------|-------------|--------------|
| Incorreto ou não sabe                    | 67,3         | 40,1         | 14,4        | 46,3         |
| Correto                                  | 32,7         | 59,9         | 85,6        | 53,7         |
| <b>Total</b>                             | 100 n 1013   | 100 n 1028   | 100 n 467   | 100 n 2508   |

Fonte ESEB 2002. Significativo ao nível de 0,01. Correlação de Spearman a .39.

Ambas as tabelas possuem correlação moderada entre as variáveis. Pessoas com maior grau de informação conseguem associar de forma mais clara a legenda e sua respectiva orientação ideológica. Na tabela 3, enquanto somente 35,4% das pessoas com baixo grau informacional conseguem posicionar o partido, este número sobe para 64,3% com grau médio e 87,4% com grau alto. Na tabela 4 os números também estão próximos, na qual 32,7% dos entrevistados com grau baixo de informação associam corretamente a legenda ao espectro ideológico e 59,9% e 85,6% com grau médio e alto, respectivamente. Estes dados inclinam-se em direção à hipótese, afinal, eleitores mais informados conseguem avaliar de forma mais clara em qual posição ideológica encontram-se os partidos.

Mais importante que conhecer a orientação política de certos atores é conhecer sua própria orientação ideológica. A chamada congruência

representacional é entendida como muito positiva para a democracia (Powell, 2000). Esta congruência ocorre quando representantes sejam análogos aos representados em termos de orientação político-ideológica. Desta maneira, a congruência representacional perfeita ocorreria caso um eleitorado de 35% auto-declarado de esquerda elegeisse 35% do Legislativo tendo esta mesma característica.

Ao utilizar a auto-colocação dos entrevistados em uma escala de esquerda-direita (q50) e a preferência partidária (q32) no ESEB, aproveitamos para analisar se a preferência partidária corresponde com a posição ideológica do entrevistado, ou seja, se há congruência representacional. No caso do ESEB, somente uma parte dos entrevistados revelou ter alguma preferência partidária, e como 62% destas pessoas tinham preferência pelo PT, restringimo-nos a elas. Consideramos congruentes aqueles que se auto-posicionam no mesmo espaço ideológico do partido de sua preferência, assim, é congruente um “petista” que se coloca entre 0 (extrema-esquerda) e 5 (centro). Já “petistas” que se colocam entre 6 a 10 ou não conseguem se auto-posicionar no gradiente ideológico, ou possuem preferência partidária por um partido cuja ideologia é oposta a sua, independente disto, ambos serão considerados incongruentes.

**TABELA 5**  
**Índice agregado de informação política por congruência ideológica (somente pessoas com preferência pelo PT) (%)**

| <i>Congruência ideológica</i> | <i>Baixo</i> | <i>Médio</i> | <i>Alto</i> | <i>Total</i> |
|-------------------------------|--------------|--------------|-------------|--------------|
| Incongruente                  | 55,9         | 34,5         | 17,7        | 34,9         |
| Congruente                    | 44,1         | 65,5         | 82,3        | 65,1         |
| <b>Total</b>                  | 100 n 136    | 100 n 287    | 100 n 158   | 100 n 581    |

Fonte ESEB 2002. Significativo ao nível de 0,01. Correlação de Spearman a .29.

A tabela indica como maior informação política aumenta a probabilidade dos cidadãos associarem o seu posicionamento ideológico com sua preferência partidária. Enquanto 82,3% das pessoas com alta informação possuem um comportamento congruente, em pessoas com médio e baixo grau de informação estes números caem para 65,5% e 44,1% respectivamente. O coeficiente aponta uma associação moderada entre as variáveis.

Se os entrevistados acreditam que pertençam ao campo da direita eles estão confusos quanto à classificação ideológica petista. Ou estes entrevistados não sabem o significado de ser de direita, ou eles não sabem que o PT é um partido de esquerda<sup>17</sup>. No último caso, ter preferência por um partido que está no oposto da orientação ideológica pessoal pode ocasionar problemas na representação. Esta falta de conhecimento dificulta, por exemplo, que o eleitor vote em um partido cuja preferência em termos de políticas públicas seja compatível com a sua visão enquanto cidadão. Portanto, há indicativos de que informação política possibilita um maior esclarecimento quanto à posição ideológica

---

<sup>17</sup> Sempre lembrando que estas entrevistas ocorreram antes da posse de Lula como presidente.

não só das organizações partidárias como também à própria orientação individual<sup>18</sup>.

Se os dados até aqui caminham em direção a nossa hipótese, podemos perguntar-nos se, em termos de decisão eleitoral, a informação política permite um maior esclarecimento. Para realizar tal tarefa, utilizaremos o sentimento em relação ao PT e o voto para o 2º turno da eleição presidencial. Em uma questão (q42a) foi perguntado ao entrevistado o quanto ele gostava do PT, onde 0 significa não gosta e 10 gosta muito. Fizemos uma recodificação onde de 0 a 4 a pessoa não gosta do partido e de 6 a 10 a pessoa gosta do partido. O restante foi desconsiderado. Na próxima tabela (na verdade três em uma), selecionamos e cruzamos três variáveis. Seguindo a nossa hipótese, acreditamos que, quanto maior for o grau de informação política, maior será a associação entre gostar do PT e votar em Lula e não gostar do PT e votar em Serra<sup>19</sup> (no segundo turno).

---

<sup>18</sup> Há um debate sobre o quanto a escolha eleitoral pode ser influenciada pelo posicionamento ideológico do eleitorado. Singer (2000) argumenta que a ideologia teve um papel decisivo nas eleições presidenciais de 1989 e 1994. Já Carreirão (2002), embora reconheça que a ideologia possa influenciar a eleição, mostra que a somente eleitores com maior escolaridade conhecem o significado de “esquerda” e “direita”. Independente deste debate, nossos dados demonstram que maiores níveis de informação política maximizam a possibilidade de aproximação da preferência partidária com a ideologia partidária.

<sup>19</sup> Candidato pelo PSDB em 2002.

**TABELA 6**  
**Sentimento em relação ao PT por votação presidencial controlada por índice agregado de informação política (%)**

| <i>Índice</i> | <i>Voto presidencial</i> | <i>Gosta do PT</i> | <i>Não gosta do PT</i> | <i>Total</i> |
|---------------|--------------------------|--------------------|------------------------|--------------|
| Baixo         | Lula                     | 84,3               | 47,4                   | 70,9         |
|               | Serra                    | 15,7               | 52,6                   | 29,1         |
|               | Total                    | 100 n 375          | 100 n 213              | 100 n 588    |
| Médio         | Lula                     | 89,8               | 30,6                   | 71,3         |
|               | Serra                    | 10,2               | 69,4                   | 28,7         |
|               | Total                    | 100 n 229          | 100 n 502              | 100 n 731    |
| Alto          | Lula                     | 90                 | 21,6                   | 64,1         |
|               | Serra                    | 10                 | 78,4                   | 35,9         |
|               | Total                    | 100 n 220          | 100 n 134              | 100 n 354    |

**Fonte: ESEB 2002. Todas as tabelas significativas ao nível de 0,01. Correlação de Spearman a .39 no nível baixo; correlação de Spearman a .61 no nível médio; correlação de Spearman a .70 no nível alto.**

A tabela é clara: ser mais informado politicamente potencializa um voto diferenciado. A maior coerência neste caso é não gostar do PT e votar em Serra. Podemos observar que, quando o grau de informação política é baixo, a associação é moderada, quando médio, ela se torna forte e, quando alto, a associação torna-se extremamente forte. Quanto maiores os níveis de informação entre aqueles que não gostam do PT, maior é a ligação entre o sentimento em relação ao PT e Lula. Enquanto 52,6% dos pouco informados votam em Serra, este número vai para 69,4% entre os medianamente informados e chega a 78,4% entre aqueles altamente informados. Quanto maior o nível informacional, maior a diferença de votos entre Serra e Lula entre os que não gostam da legenda petista.

Obviamente, não existe correto ou errado ao votar em nenhum dos dois candidatos. É claro que existem outros fatores na lógica do voto que não devem ser desprezados, mas o fato é que a informação política possibilita uma maior associação entre os candidatos e os partidos, de tal

modo a fazer com que se perceba que votar em Lula é votar em uma legenda distante de sua preferência.

Durante a análise dos dados, há claros indicativos de que nossa hipótese aponta para a direção correta. Portanto, a ligação que autores realizam entre informação política e decisão política esclarecida foi reforçada neste estudo. Autores como Dahl (2001), Diamond e Morlino (2004), Levine e Molina (2007) estão certos em dar ênfase ao processo de esclarecimento (compreensão esclarecida) na representação política. Cidadãos mais informados constituem um corpo de representados com maior potencial de compreender o contexto político em que vivem, realizando uma decisão eleitoral capaz de garantir uma aproximação de sua própria preferência. As consequências de suas decisões são mais claras e, conseqüentemente, capacitam estes eleitores a realizarem um maior número de associações ao seu voto.

Ainda que pessoas mais informadas não necessariamente efetuem um voto retrospectivo, tendo em vista outras formas de representação, elas terão maior potencial em utilizar sua capacidade de premiar ou punir. Em outras palavras, ter informação política possibilita uma decisão eleitoral mais esclarecida. É por isto que alguns teóricos atribuem um grande papel a cidadãos informados, já que limitariam políticas públicas indesejadas aos olhos dos cidadãos, o exercício da *accountability* uma vez fortalecido, tornaria os agentes públicos mais responsivos (O'Donnell, 1993; Arato, 2002; Adserá, Boix, Payne, 2003; Manin, Przeworski, Stokes, 2006). Acreditamos que pesquisas futuras focadas nos agentes públicos poderiam testar a hipótese de que políticos teriam um comportamento mais “limitado” frente a um conjunto de eleitores mais informados.

## CONCLUSÃO

Neste artigo, procuramos compreender a relação entre informação política e avaliação retrospectiva. Segundo alguns autores, para exercer uma avaliação dos agentes públicos é necessário que os eleitores sejam minimamente informados (Rennó, 2004). Ser informado daria sentido ao conceito de *accountability* eleitoral. Desse modo, diversos pesquisadores vêm salientando a importância da informação política para uma decisão eleitoral esclarecida (Dahl, 2001; Adserá, Boix, Payne, 2003; Diamond e Morlino, 2004; Levine e Molina, 2007). Entretanto, um conceito de democracia baseado em um corpo de cidadãos bem informados é irracional e inviável (Downs, 1999; Schattscheider, 1961). No caso brasileiro, alguns estudos apontam como existe um número considerável de eleitores que são desinformados (Martins Júnior e Dantas, 2004; Kinzo, 2005; Santos, 2008).

Devido a este debate teórico, observamos um paradoxo: embora o modelo normativo ético da democracia pressuponha a necessidade de eleitores bem informados, isto é improvável de ocorrer. Como muitos trabalhos eram enfáticos em relação à centralidade de informação política para qualidade da representação, decidimos assumir uma hipótese que nos guiasse dentro desta perspectiva.

A necessidade de informação política para uma avaliação retrospectiva, ou capacidade de exercer *accountability* é controversa. Em certo sentido, realizar uma avaliação dos governantes pode ser interpretado como uma necessidade após a diminuição da importância das ideologias partidárias como houvera na era dos partidos de massa (Katz e Mair, 1997). Se ideologias não são mais atalhos cognitivos,



possuir maiores níveis de informação para exercer uma decisão esclarecida pode ser outra interpretação da ação representativa. Neste artigo, indicamos como há uma maior correspondência entre maiores níveis de informação com o conhecimento de ideologias, demonstrando como existe uma associação entre estes dois elementos.

Os dados disponíveis indicam que a direção da hipótese pode estar correta, porém, mais estudos são necessários para podermos aceitá-la. No caso de nossas análises bivariadas, o máximo que podemos perceber neste estudo é que o nível de informação está associado ao voto congruente. Assim sendo, entendemos que a presença de eleitores com maior grau de informação política é positiva para a qualidade da representação política.

Ao observarmos nossos dados, podemos dizer que existe uma dimensão negativa e outra positiva. Pelo lado negativo, verificou-se a pouca informação política básica entre eleitores brasileiros, diminuindo, assim, um pouco do sentido de uma avaliação retrospectiva. Por outro lado, é visível que um pequeno aumento nos graus de informação política básica permite um comportamento eleitoral diferenciado, onde os eleitores comportam-se de acordo com sua preferência política e ideológica.

Em suma, informação política importa. Estudos que apontem maneiras de aumentar os níveis de informação política, diminuindo os custos de informar-se, serão bem-vindos. A possibilidade de controle dos governantes é um grande debate dentro da representação política e, com poucas dúvidas, *accountability* e informação política devem estar presentes nesta discussão.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADSERÁ, Alicia, BOIX, Carles, PAGE, Mark. (2003), “Are you being served? Political accountability and quality of government”, *Journal of Law, Economics and Organization*, vol. 19, nº 2: 445-490.
- ALMEIDA, Alberto. (2006), “Amnésia eleitoral: em quem você votou para deputado em 2002? E em 1998?”, in G. SOARES; L. RENNÓ (orgs.), *Reforma Política: lições da história recente*. Rio de Janeiro, Editora FGV.
- ARATO, Andrew. (2002), “Representação, Soberania Popular e Accountability”, *Lua Nova*, nº 55-56: 85- 103.
- ARAÚJO, Manuel. (1971), *Medición e construcción de índices*. Buenos Aires, Nueva Visión.
- BAQUERO, Marcello. (2007), “Eleições e capital social: uma análise das eleições presidenciais no Brasil (2002-2006)”, *Opinião Pública*, vol.13, nº.2: 231-259.
- BURKE, Edmund. (1942), Discurso a los electores de Bristol, in: *Textos políticos*. Ciudad de México, Fondo de Cultura Econômica.
- CARREIRÃO, Yan. (2002), *A decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras*. Florianópolis, Ed. da UFSC.
- CARREIRÃO, Yan. (2007), “Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006”, *Opinião Pública*, vol.13, nº. 2: 307-339.
- DAHL, Robert. (1997), *Poliarquia: participação e oposição*, São Paulo, Editora da USP.
- DAHL, Robert. (2001), *Sobre a democracia*, Brasília, Editora UNB.
- DIAMOND, Larry; MORLINO, Leonardo. (2004), “The Quality of Democracy”, *Journal of Democracy*, vol. 15, nº 4: 20-31.
- DOWNS, Anthony. (1999), *Uma teoria econômica da democracia*, São Paulo, Editora da USP.
- HABERMAS, Jurgen. (1997), *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- KERBAUY, Maria. (2004), “Associativismo e comportamento eleitoral na eleição de 2002”, *Opinião Pública*, vol. 10, nº 2: p. 254-267.
- KATZ, Richard; MAIR, Peter (1997). Party Organization, Party Democracy, and the Emergence of the Cartel Party. in: MAIR, Peter. *Party System Change*. Clarendon Press Oxford.
- KINZO, Maria. (2005), “Os Partidos no eleitorado: percepções públicas

- e laços partidários no Brasil”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 20, nº 57: p. 65 -81.
- LEVINE, Daniel, MOLINA, José. (2007), “La Calidad de la democracia em América Latina: uma visión comparada”, *América Latina Hoy*, nº 45: p. 17-46.
- MAINWARING, Scott; SCULLY, Timothy. (1995), *Building Democratic Institutions: Party Systems in Latin America*. Stanford, Stanford University Press.
- MANIN, Bernard, PRZEWORSKI, Adam, STOKES, Susan. (2006), “Eleições e representação”, *Lua Nova*, nº 67: p.105-138.
- MANSBRIDGE, Jane. (2003), “Rethinking Representation”, *American Political Science Review*, vol.97, nº4: 515-528.
- MARENCO, André. (2009), “Desempenho eleitoral, voto partidário e responsabilização nas eleições legislativas brasileiras”, in: L. RENNO; M. INACIO, *Legislativo Brasileiro em Perspectiva Comparada*. Belo Horizonte, Editora UFMG.
- MARTINS JUNIOR, José Paulo; DANTAS, Humberto. (2004), “O índice de participação e a importância da educação”, *Opinião Pública*, v. 10, nº 2: p. 268-287.
- MELO, Marcus André. (2007), “O viés majoritário na política comparada: responsabilização, desenho institucional e qualidade democrática”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.22, nº 63: p.11-29.
- MIGUEL, Luís F. (2005), “Impasses da accountability: dilemas e alternativas da representação política”, *Revista de Sociologia e Política*, nº 25: p. 25-38.
- NICOLAU, Jairo. (2002), “Como Controlar o Representante? Considerações sobre as Eleições para a Câmara dos Deputados no Brasil”, *Dados*, vol.45, nº.2: p.219-236.
- O’DONNELL, Guillermo (1993). *Delegative Democracies*, Kellogg Institute.
- PEREIRA, Júlio C. (2004). *Análise de dados qualitativos: estratégias metodológicas para as Ciências da Saúde, Humanas e Sociais*. São Paulo: Editora da USP.
- POWELL, Bingham. (2000), *Elections as instruments of democracy: majoritarian and proportional visions*. Londres, Yale University press.
- RENNO, Lúcio. (2004), *Information and Voting: Microfoundations of Accountability in Complex Electoral Environments*. Pittsburg, TESE, University of Pittsburgh.
- RENNO, Lúcio (2006), “O dilema do rico: número de candidatos,

identificação partidária e accountability nas eleições de 2002 para a Câmara dos Deputados”, in G. SOARES; L. RENNÓ (orgs.), *Reforma Política: lições da história recente*. Rio de Janeiro, Editora FGV.

RENNÓ, Lúcio. (2007), “Desigualdade e informação política: as eleições brasileiras de 2002”, *Dados*, vol. 50, nº 4: p. 721-755.

RODRIGUES, Leôncio. (2002), *Partidos, Ideologia e Composição Social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados*. São Paulo, Editora da USP.

SANTOS, Manoel (2008), “Voto (des)informação e democracia: déficit de accountability e baixa responsividade no município de Recife”, *Política Hoje*, Edição especial, vol. 17, nº1: p.41-64.

SINGER, André. (2000), *Esquerda e Direita no Eleitorado Brasileiro: a Identificação Ideológica nas Disputas Presidenciais de 1989 e 1994*. São Paulo, Edusp.

SCHATTSCHEIDER, E. (1961), *The Semi-Sovereign People: A Realist's View of Democracy in America*. New York: Holt, Rinehart and Wiston.